



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006282-66.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ROSELY APARECIDA BERGAMO ME**
 Requerido: **JORGE LUIS CARUSO e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter sido contratada pelos réus para cuidar de uma gata pertencente a eles durante viagem que realizaram, tendo o animal fugido de seu estabelecimento.

Alegou ainda que não obstante as tentativas que levou a cabo não localizou a gata, de sorte que os réus, inconformados, ajuizaram ação em que obtiveram sua condenação para pagar-lhes indenização para reparação de danos morais que suportaram em face daquele episódio.

Como se não bastasse, eles iniciaram campanha para denegrir sua imagem, espalhando panfletos com alusão a seu nome, os quais foram replicados em redes sociais.

Os fatos trazidos à colação não despertam maiores divergências.

É incontroverso nesse sentido que os réus contrataram a autora para que ficasse com uma gata deles enquanto viajaram, mas o animal – sob a guarda da autora – fugiu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É incontroverso também que os réus fizeram panfletos buscando informações sobre o paradeiro da gata, na esteira do documento de fl. 29.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Quanto à obrigação de fazer mencionada no item 5, a de fl. 06, assiste razão à autora.

Isso porque sem embargo de reconhecer o direito dos réus em tentar localizar seu animal, inclusive por meio de panfletos, não é adequada a referência ao nome da autora, máxime no contexto que se vê a fl. 29.

Outrossim, tal menção é desnecessária à finalidade buscada pelos réus, ou seja, prescinde-se da mesma para que se colham informação sobre onde estaria a gata.

Acolhe-se esse pedido, pois.

Solução diversa apresenta-se ao ressarcimento dos danos morais.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Na espécie vertente, a autora não produziu provas com tal significado, seja de natureza documental (nada há a propósito a prestigiar suas alegações no particular), seja de cunho oral (as testemunhas inquiridas somente informaram que receberam os panfletos, mas nada disseram sobre os possíveis reflexos que eles teriam causado à autora).

Bem por isso, conquanto se admitam os termos empregados pelos réus para se reportarem à autora como inadequados, inexiste um só indício seguro que ela tivesse suportado danos morais daí oriundos.

O pleito da autora, portanto, não pode vingar relativamente ao tema.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar os réus a no prazo máximo de cinco dias retirarem das redes sociais a divulgação do panfleto acostado a fl. 29, do qual consta o nome da autora, bem como para que doravante se abstenham de divulgar o mesmo ou outros em que haja referência à autora.

Fixo a pena diária para o caso de eventual descumprimento em R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00.

Transitada em julgado, intuem-se os réus pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fl. 32.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**